



PROTOCOLO	<p align="center">PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin: 10px auto; width: 150px;"> <p align="center">ESTADO DE RONDÔNIA Assembleia Legislativa</p> <p align="center">29 MAI 2007</p> <p>Protocolo <u>066/07</u></p> <p>Processo <u>057/07</u></p> </div>	<p>Paula</p> <p>Em <u>29.05.2007</u></p> <p align="center">1º Secretário</p> <p align="center">Projeto de Lei Autorizativo</p>	<p align="right">No <u>056/07</u></p> 
	<p>AUTOR Deputado Ezequiel Neiva - PPS</p>		
<p>Autoriza o Poder Executivo a isentar o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal – ICMS, o consumo residencial de energia elétrica dos usuários integrantes da Subclasse de Baixa Renda, assim definidos na legislação federal e pelos órgãos reguladores.</p> <p>O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA faz saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:</p> <p>Art. 1º - Fica O Poder Executivo autorizado a isentar o imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal – ICMS o fornecimento de energia elétrica para consumo até 100 (cem) Kwh por mês, para os consumidores integrantes da subclasse residencial Baixa Renda.</p> <p>§ 1º - Serão considerados consumidores da subclasse Baixa Renda aqueles definidos pelo regulamento federal que estabelece os critérios de enquadramento para consumo de energia elétrica.</p> <p>§ 2º - O benefício previsto no "caput" deste artigo deverá ser transferido ao consumidor, mediante redução da operação, no montante correspondente ao valor do imposto.</p> <p>Art. 2º - As empresas prestadoras do serviço público de energia elétrica no Estado de Rondônia terão o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados da vigência desta Lei, para se adaptarem às disposições nela estabelecidas.</p> <p>Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p align="center">Plenário das Deliberações, 17 de maio de 2007.</p> <p align="center"> Deputado Ezequiel Neiva 3º Secretário</p>			

JUSTIFICATIVA



Senhores e Senhora Deputada, os brasileiros do século XXI têm pleno direito de acesso aos benefícios da energia elétrica como bem essencial à vida, e lamentavelmente, a cada dia, milhões de famílias brasileiras tem se privado, temporariamente e por tempo indeterminado, desses benefícios, por falta de condições no pagamento das tarifas de fornecimento.

O programa Federal "Luz para todos", que conta com a participação dos governos Federal e Estadual, tem como meta providenciar a universalização do acesso aos benefícios da eletricidade a todos os lares do nosso estado.

Se há um esforço dos governos para subsidiar a implantação de redes de energia em grandes áreas rurais pouco habitadas, considerando o grande alcance social do desembolso; há de se buscar também, para as populações dos grandes aglomerados da área urbana, uma alternativa que, mesmo com redução de receita tributária, tenha o mesmo alcance social.

Tal medida além de contribuir para a manutenção desta universalização do acesso ao uso da energia elétrica, reduzirá as insatisfações que inquietam os usuários de baixa renda e os conflitos e as tensões sociais já ocorridas e presentes na nossa população de Porto Velho quando do corte de energia por falta de pagamento.

Tem ainda, esta medida, o objetivo de levar um pouco de alento, para uma camada da sociedade tão incrédula, quanto ao futuro com dias melhores; privada de tantos outros benefícios e meios que tornam a vida mais fácil e tão dependente e necessitada da compreensão e da atitude dos governantes e legisladores.

Por fim e entendendo que compete a cada um de nós, ter uma visão antecipada dos fatos futuros, dos limites de tolerância do cidadão e das nossas obrigações como seus representantes em minimizar essas tensões, é que proponho o presente Projeto de Lei Autorizativo.

Por ser medida de justiça, conto com o apoio dos meus nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 17 de abril 2007.



Deputado Ezequiel Navea
3º Secretário